



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA VERDE

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2017

Balanço em 31 de dezembro de 2017

Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde

BALANÇO**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Unidade monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2017	31-12-2016
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	23.495.220,99	23.360.830,10
Ativos intangíveis	6	112.874,00	127.337,93
Investimentos financeiros	2	28.494,77	14.952,29
Soma		23.636.589,76	23.503.120,32
Ativo corrente			
Inventários	7	430.578,61	414.233,68
Créditos a receber	8	2.676.207,64	2.515.270,52
Estado e outros entes públicos	9	107.509,83	-
Outros ativos correntes	10	1.354.771,81	511.703,79
Caixa e depósitos bancários	11	347.478,83	432.554,28
Soma		4.916.546,72	3.873.762,27
Total do Ativo		28.553.136,48	27.376.882,59
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	12	141.354,80	141.354,80
Resultados transitados	12	9.849.818,68	10.283.422,44
Ajustamentos/ outras variações nos Fundos Patrimoniais	12+13	3.517.877,90	4.441.886,65
Resultado líquido do período		816.010,61	894.306,96
Total dos fundos patrimoniais	12	14.325.061,99	15.760.970,85
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	14	6.035.563,82	7.381.898,64
Soma		6.035.563,82	7.381.898,64
Passivo corrente			
Fornecedores	15	1.537.954,50	1.254.379,80
Estado e outros entes públicos	9	493.389,95	457.233,98
Financiamentos obtidos	14	2.919.698,88	1.168.986,62
Outros passivos correntes	16	3.241.467,34	1.353.412,70
Soma		8.192.510,67	4.234.013,10
Total do passivo		14.228.074,49	11.615.911,74
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		28.553.136,48	27.376.882,59

Vila Verde, 26 de fevereiro 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO, N.º 35247



A MESA ADMINISTRATIVA



Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2017

Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Unidade monetária: Euros	
		PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	17	18.920.301,93	16.392.268,03
Subsídios, doações e legados à exploração	18	2.170.389,58	2.063.938,81
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(4.183.047,30)	(3.976.238,25)
Fornecimentos e serviços externos	19	(6.338.223,69)	(5.169.290,44)
Gastos com o pessoal	20	(8.879.625,62)	(7.566.248,33)
Outros rendimentos	21	1.213.100,85	767.658,40
Outros gastos	22	(297.142,09)	(66.843,32)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2.605.753,66	2.445.244,90
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 + 6	(1.551.279,78)	(1.206.752,91)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.054.473,88	1.238.491,99
Juros e rendimentos similares obtidos	23	3,81	77,64
Juros e gastos similares suportados	23	(238.467,08)	(344.262,67)
Resultados antes de impostos		816.010,61	894.306,96
Resultado líquido do período		816.010,61	894.306,96

Vila Verde, 26 de fevereiro 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO, N.º 35247



A MESA ADMINISTRATIVA



Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais nos períodos de 2016 e 2017

Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde
 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2016

Unidade monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe			Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/ou tras variações nos fundos patrimoniais		
1 POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016		141.354,80	10.283.422,44	4.810.549,91	-	15.235.327,15
2 ALTERAÇÕES NO PERÍODO	12+13	-	-	(368.663,26)	-	(368.663,26)
3 Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		-	-	(368.663,26)	-	(368.663,26)
4 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		-	-	-	894.306,96	894.306,96
5 RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3	-	-	-	894.306,96	894.306,96
6 OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO		-	-	-	-	-
7 POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2016	6=1+2+3+5	141.354,80	10.283.422,44	4.441.886,65	894.306,96	15.760.970,85


Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde
 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2017

Unidade monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe			Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/ou tras variações nos fundos patrimoniais		
6 POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017		141.354,80	11.177.729,40	4.441.886,65	-	15.760.970,85
7 ALTERAÇÕES NO PERÍODO	12+13	-	(1.327.910,72)	(924.008,75)	-	(2.251.919,47)
8 Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		-	(1.327.910,72)	(924.008,75)	-	(2.251.919,47)
9 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		-	-	-	816.010,61	816.010,61
10 RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8	-	-	-	816.010,61	816.010,61
11 OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO		-	-	-	-	-
12 POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	6+7+8+10	141.354,80	9.849.818,68	3.517.877,90	816.010,61	14.325.061,99

Vila Verde, 26 de fevereiro 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO, N.º 35247


 A MESA ADMINISTRATIVA

Demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2017

Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde

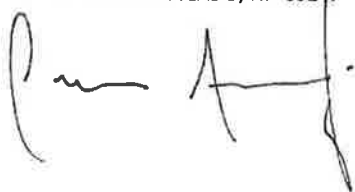
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividade operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		16.410.754,04	16.125.103,71
Pagamento a fornecedores		(6.215.848,72)	(6.943.744,94)
Pagamentos ao pessoal		(5.809.720,97)	(5.270.806,12)
Caixa gerada pelas operações		4.385.184,35	3.910.552,65
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(2.946.042,29)	(2.576.447,98)
Outros recebimentos/pagamentos		1.439.142,06	1.334.104,67
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)			
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5	(1.526.173,10)	(2.330.084,55)
Ativos intangíveis	6	(18.791,07)	(4.023,95)
Subsídios ao investimento		-	428.053,74
Juros e rendimentos similares		3,81	77,64
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		(1.544.960,36)	(1.905.977,12)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1.462.239,15	1.227.693,20
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(1.203.029,22)	(941.004,48)
Juros e gastos similares		(238.467,08)	(344.262,67)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		20.742,85	(57.573,95)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(85.075,45)	(629.446,40)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	11	432.554,28	1.062.000,68
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11	347.478,83	432.554,28

Vila Verde, 26 de fevereiro 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO, N.º 35247



A MESA ADMINISTRATIVA





SANTA CASA DA MISERICÓRDIA

VILA VERDE

PARECER DO DEFINITÓRIO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DE GERÊNCIA DE 2017

No exercício das competências que lhe são atribuídas pelas disposições legais e estatutárias, vem o Definitório da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde, reunido com a presença de todos os seus elementos, no dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e dezoito, emitir o seu parecer sobre o Relatório de Atividades e Contas de Gerência de 2017. -----

O Definitório, depois de ter analisado os documentos em apreço, destaca, numa apreciação global do Relatório, o elevado volume e a multiplicidade de atividades realizadas, a forma exaustiva como é feita a sua descrição e o elevado nível de qualidade dos serviços prestados pela instituição, especialmente nas áreas da saúde e social (idosos e infância). Especial referência para o Hospital, o qual, mercê da remodelação/ampliação concluída em 2015, e de, em 2016, ter sido dotado de equipamento de imagiologia ao nível dos melhores hospitais nacionais e internacionais, bem como com recursos humanos, sempre mais qualificados e dedicados ao utente, se mantém, com qualidade certificada, em curva ascendente de referenciação e de produção. Referência também, a par da remodelação/ampliação do Lar 1, para a conclusão das obras da nova e pioneira valência do 1º Ciclo de Ensino Básico "Colégio D. João de Aboim", cuja abertura está programada para o ano letivo de 2018-2019. Nas Contas de Gerência, é de referir, em primeiro lugar, o elevado nível de execução orçamental; e, em segundo lugar, que a situação financeira da instituição apresenta indicadores confortáveis nos rácios de **solvabilidade** (relação entre capital próprio e o passivo) de **100%**, de **endividamento global** (relação entre dívida total e total de ativos) de **49%**, e de **autonomia financeira** (relação entre capital próprio e ativo) de **50%**, que, face ao prescrito no art.º 18º.3 do DL 172-A/2014, comparam, respetivamente, com 50% (solvabilidade mínima), 150% (endividamento global máximo) e 25% (autonomia financeira mínima), enquanto, na rendibilidade, releva o **resultado líquido positivo de 816 010,61€**, mais uma vez em linha com o sucesso a que a equipa desta Mesa Administrativa tem louvavelmente habituado a Instituição. -----

Assim, o Definitório ou Conselho Fiscal dá o **PARECER FAVORÁVEL** ao Relatório de Atividades e Contas de Gerência de 2017 da Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde.-----

Vila Verde, 26 de Fevereiro de 2018.

O Definitório







CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA VERDE**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 28.553.136,48 euros e um total de fundos patrimoniais de 14.325.061,99 euros, incluindo um resultado líquido do período de 816.010,61 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração de fluxos de caixa e o Anexo - que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas, relativas ao ano findo naquela data.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA VERDE** em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "*Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras*" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DA MESA ADMINISTRATIVA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Mesa Administrativa é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pela Mesa Administrativa de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pela Mesa Administrativa, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Braga, 7 de março de 2018

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC
Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771